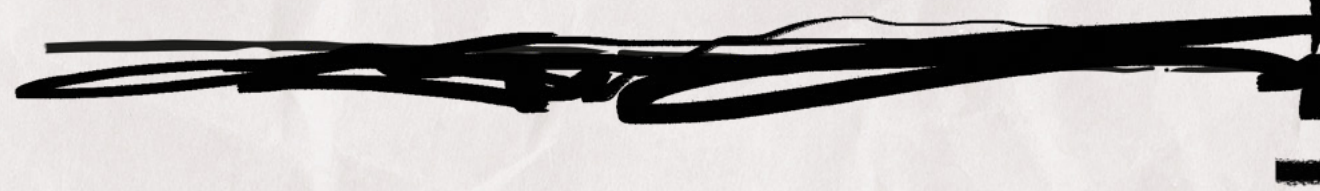


Weaponização da narrativa sobre migrantes no Sul Global:

articulando conceitos e efeitos





Suzana Duarte Santos Mallard

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Weaponização da narrativa sobre Migrantes no Sul Global. Articulando Conceitos e efeitos.

Resumo

Nas últimas décadas, as migrações forçadas ganharam relevância internacional, sendo frequentemente manipuladas como ferramenta política por governos de diferentes regimes. A weaponização dos migrantes refere-se à instrumentalização dos fluxos migratórios para alcançar objetivos coercitivos, políticos ou econômicos, em vez de tratar esses indivíduos como sujeitos em situação de vulnerabilidade. Este artigo explora como essa weaponização ocorre nas narrativas sobre deslocamentos, criando um contexto de crise e medo que estigmatiza os migrantes e os apresenta como ameaças à estabilidade social. No contexto do Sul Global, essa manipulação narrativa aprofunda as tensões políticas e sociais, impactando negativamente tanto os migrantes quanto as sociedades de acolhimento. Este estudo amplia o conceito de weaponização para incluir práticas e discursos que reforçam estereótipos e preconceitos, desviando o foco das causas estruturais das migrações e dificultando a construção de políticas migratórias mais inclusivas.

Palavras-chave: weaponização, deslocamentos forçados, envelhecimento populacional, políticas migratórias, crise humanitária.

“Weaponización” de la Narrativa sobre Migrantes. Articulando Conceptos y Efectos.

Resumen

En las últimas décadas, las migraciones forzadas han cobrado relevancia internacional, siendo frecuentemente manipuladas como herramienta política por gobiernos de diferentes regímenes. La “weaponización” de los migrantes se refiere a la instrumentalización de los flujos migratorios para alcanzar objetivos coercitivos, políticos o económicos, en lugar de tratar a estos individuos como sujetos en situación de vulnerabilidad. Este artículo explora cómo se da esta “weaponización” en las narrativas sobre desplazamientos, creando un contexto de crisis y miedo que estigmatiza a los migrantes y los presenta como amenazas a la estabilidad social. En el contexto del Sur Global, esta manipulación narrativa profundiza las tensiones políticas y sociales, impactando negativamente tanto a los migrantes como a las sociedades receptoras. Este estudio amplía el concepto de “weaponización” para incluir prácticas y discursos que refuerzan estereotipos y prejuicios, desviando el foco de las causas estructurales de las migraciones y dificultando la construcción de políticas migratorias más inclusivas.

Palabras clave: weaponización, desplazamientos forzados, envejecimiento poblacional, políticas migratorias, crisis humanitaria.

“Weaponization” of the Narrative about Migrants. Articulating Concepts and Effects.

Abstract

In recent decades, forced migrations have gained international relevance, often being manipulated as a political tool by governments of various regimes. The “weaponization” of migrants refers to the instrumentalization of migratory flows to achieve coercive, political, or economic goals, rather than treating these individuals as vulnerable subjects. This article explores how this “weaponization” occurs in narratives about displacements, creating a context of crisis and fear that stigmatizes migrants and presents them as threats to social stability. In the context of the Global South, this narrative manipulation deepens political and social tensions, negatively impacting both migrants and host societies. This study extends the concept of “weaponization” to include practices and discourses that reinforce stereotypes and biases, diverting attention from the structural causes of migration and hindering the development of more inclusive migration policies.

Keywords: weaponization, forced displacements, population aging, migration policies, humanitarian crisis.



Introdução

A retórica anti-imigração frequentemente utiliza imagens de caos e desordem nas fronteiras para justificar medidas draconianas e políticas de exclusão. Políticos e grupos de interesse exploram o sofrimento dos migrantes para incutir medo na população, angariando apoio para agendas restritivas de imigração e políticas autoritárias. A mídia desempenha um papel crucial na formação da percepção pública sobre os migrantes, ao destacar multidões desesperadas nas fronteiras e relatos de crimes cometidos por imigrantes, enquanto frequentemente ignora suas contribuições positivas para a sociedade. Esta narrativa unilateral alimenta a xenofobia, justificando políticas de fechamento de fronteiras e detenção de migrantes, e aprofundando a crise humanitária. Tal estratégia é particularmente eficaz em contextos em que o nacionalismo e o sentimento anti-imigração são prevalentes, desviando a atenção pública das complexas causas subjacentes das migrações forçadas, como conflitos, perseguições e mudanças climáticas, e dos benefícios potenciais da imigração para sociedades envelhecidas e em necessidade de revitalização econômica. Nas últimas décadas, as migrações forçadas tornaram-se um tema central no cenário internacional, especialmente entre a população de países do Sul Global e da América Latina, que enfrentam crises políticas, econômicas e ambientais. Em vez de tratar os migrantes como indivíduos em busca de melhores condições de vida ou segurança, muitos governos que recebem esses fluxos migratórios instrumentalizam suas presenças para fins políticos, criando narrativas que apresentam esses grupos como ameaças à estabilidade social e econômica. Essa *weaponização* das narrativas sobre migrantes

LAJE

v.4 n.1

p. 124-143

2025

ISSN: 2965-4904

DOI: 10.9771/lj.v4i0.70758

tem efeitos profundos, especialmente em países da América do Sul, onde as narrativas sobre deslocamentos forçados se sobrepõem a questões de soberania, segurança e identidades nacionais.

Sobre a *weaponização* nos países do Sul global

O conceito de *weaponização* dos migrantes, desenvolvido inicialmente por Teitelbaum e Weiner (1995), refere-se à instrumentalização dos fluxos migratórios para alcançar objetivos políticos e geopolíticos. Contudo, no contexto do Sul Global, essa prática também abrange a construção de narrativas que apresentam migrantes como fardos econômicos ou ameaças à ordem pública. Na América do Sul, países como Brasil, Colômbia e Argentina utilizam essas narrativas para desviar a atenção de problemas internos, como a desigualdade econômica e a corrupção. Migrantes, especialmente aqueles que vêm de regiões vizinhas em crise, são frequentemente apresentados como “ameaças externas”, o que fortalece discursos nacionalistas e justifica políticas restritivas. Em vez de se discutirem as causas complexas das migrações, como a violência ou o colapso econômico em países como Venezuela e Haiti, os governos criam uma imagem dos migrantes como causadores de problemas, justificando medidas de contenção e endurecimento de fronteiras.

O termo deriva de *weapon*, que significa “arma” em inglês. Por vezes, usamos “instrumentalização” para beneficiar a fluidez gramatical, embora não capture completamente o sentido destrutivo da palavra. Temos, de um lado, a “coerção migratória”, um sinônimo de *weaponização*, que reflete a utilização ou ameaça de utilizar a migração como um instrumento para induzir mudanças comportamentais ou obter concessões do país de destino. De outro lado, a instrumentalização das narrativas sobre fluxos migratórios descreve uma prática complexa que envolve políticas públicas que respondem a estratégias governamentais de manipulação das massas e não se restringem aos grupos afetados pelos deslocamentos.

Em 1995, Teitelbaum e Weiner afirmaram que, na política externa, os governos instrumentalizam as migrações em massa como uma ferramenta para alcançar objetivos que não estão diretamente relacionados aos migrantes. Weiner (1992) adota uma perspectiva político-econômica, sugerindo que a migração é utilizada para desestabilizar

estados, forçar reconhecimento, impedir interferência ou obter concessões em troca de interromper fluxos migratórios. A *weaponização* dos migrantes tem se mostrado uma tática eficaz em muitos casos, alcançando objetivos desejados com uma taxa de sucesso maior que formas tradicionais de diplomacia coercitiva.

Desde a década de 1950, governos têm usado a tática de migração coercitiva para alcançar diversos objetivos, desde assistência econômica até mudanças de regime. Exemplos históricos incluem a crise dos refugiados do Paquistão Oriental na década de 1970, o Mariel Boatlift, em 1980, e as recentes tensões nas fronteiras da UE com a Bielorrússia. Em 2021, Alexander Lukashenko, líder da Bielorrússia, foi acusado de orquestrar uma crise migratória para pressionar a UE a reconhecer sua legitimidade política e remover sanções. A crise humanitária associada às migrações forçadas é frequentemente utilizada como ferramenta de manipulação política. De acordo com Verkuyten (2021) as percepções da população sobre a imigração se tornaram um tema crucial na sociedade. Ainda para este mesmo autor, as diferenças entre os países em relação à imigração podem ser atribuídas a diversos fatores, incluindo a história de imigração e emigração de cada nação, o contexto político vigente, as políticas de imigração e integração adotadas, o tamanho da população imigrante e a sua composição em termos de origem, religião e nível de habilidades educacionais e profissionais. Além disso, os países muitas vezes fazem distinções nas suas políticas de imigração entre diferentes tipos de migrantes, como ocidentais e não-ocidentais, ou imigrantes da União Europeia (UE) e de fora da UE, e essa diferenciação também é refletida nas atitudes públicas.

Em geral, a opinião pública tende a ser mais negativa em relação aos imigrantes que são culturalmente menos semelhantes, como os muçulmanos na Europa. Essas percepções podem afetar a formulação de políticas e a inserção dos imigrantes em um ambiente acolhedor ou hostil tem um impacto significativo na sua adaptação e saúde mental. As opiniões sobre imigração e imigrantes variam amplamente entre os países e entre os cidadãos de cada nação. No entanto, sobre a percepção da migração:

[...] os países diferem em seu apoio médio à imigração e em seu nível de polarização. Por exemplo, pessoas na América do Norte tendem a ter opiniões mais positivas em relação à imigração do que os europeus, e os europeus orientais tendem a ser mais negativos do que os europeus ocidentais. Além disso, o público em alguns países é consensualmente mais hostil à imigra-

ção (por exemplo, República Tcheca, Hungria), enquanto outros países são internamente bastante divididos (por exemplo, Holanda, Noruega) ou consensualmente mais favoráveis (Canadá, Nova Zelândia) (VERKUYTEN 2021, p.1).

Políticos e grupos de interesse exploram o sofrimento dos migrantes para incutir medo na população e angariar apoio para agendas restritivas de imigração e políticas autoritárias. Essa estratégia é eficaz em contextos em que o nacionalismo e o sentimento anti-imigração são prevalentes.

Cenas grotescas de *pseudo cowboys* da tecnologia que se filmam e compartilham por *streaming* em aplicativos populares fragmentos do desespero alheio. Imagens de parte da existência de migrantes que são exploradas pelas grandes mídias numa manobra que estende no tempo e na retórica sua insistência em sobreviver. Nessas narrativas, a mídia ignora as complexas causas subjacentes das migrações forçadas, como conflitos, perseguições e mudanças climáticas. Além disso, essa narrativa pode desviar a atenção pública dos benefícios potenciais da imigração para sociedades envelhecidas e em necessidade de revitalização econômica. Na exploração das narrativas negativas sobre migrantes, as matérias veiculadas pouco ou nada mencionam os números que corroboram as especulações e eventos circunstanciais.

De acordo com Abramitzky (2024), nos Estados Unidos, desde 1880, os imigrantes de primeira geração consistentemente apresentaram taxas de encarceramento mais baixas do que os nativos. O estudo mostra que, atualmente, os imigrantes têm uma probabilidade 30% menor de serem encarcerados em comparação com indivíduos brancos nascidos nos EUA. Quando a comparação inclui a população afro-americana, que possui taxas de encarceramento superiores à média nacional, os imigrantes se mostram 60% menos propensos a serem presos do que os nativos em geral. Esses dados desafiam a narrativa midiática que associa imigração à criminalidade, destacando que os imigrantes têm historicamente sido uma população menos envolvida com o sistema penal em comparação com os nativos dos Estados Unidos. Contrariamente às crenças populares ou às narrativas que buscam criminalizar as migrações, esses dados revelam que os imigrantes, historicamente, são menos envolvidos com o sistema penal em comparação com os nativos dos Estados Unidos.

Ainda de acordo com Abramitzky (2024), embora os dados não expliquem exatamente porque houve um declínio acentuado na taxa de encarceramento de imigrantes

nos EUA o autor descarta três argumentos que são normalmente apontados: primeiro, o declínio não é causado pelo aumento das taxas de encarceramento de americanos negros, pois o declínio também é evidente entre imigrantes comparados apenas a homens brancos americanos; segundo, não é resultado de mudanças nas características dos imigrantes, como país de origem, idade, raça, estado civil, estado de residência ou nível de escolaridade. Desse modo o autor aponta que a menor escolaridade dos imigrantes indicaria taxas de encarceramento mais altas; e por último, não é devido à deportação de infratores imigrantes, já que o declínio é observado mesmo entre imigrantes cidadãos dos EUA que não podem ser deportados - e o aumento nas deportações ocorreu apenas por volta do ano 2000, enquanto o declínio começou na década de 1960 (ABRAMITZKY, 2024, p.4).

Certo que os dados mais atuais se referem à realidade do norte das Américas e que não explicam as razões de tal tendência, é possível apontar para alguns fortes argumentos. De um lado Abramitzky (2024) afirma que uma possível razão para essa divergência diz respeito ao fato de que imigrantes com menor escolaridade podem ter sido relativamente menos impactados por mudanças estruturais na economia, como a globalização e o avanço tecnológico que favorece certas habilidades, as quais afetaram negativamente os homens nascidos nos EUA com menor escolaridade (ABRAMITZKY ET AL. 2006; PERI E SPARBER 2009). De outro lado, podemos estender estes argumentos reservando suas peculiaridades se observarmos que o migrante atravessou inúmeras dificuldades para chegar a se fixar em um lugar, que espera ser seguro para ele e para criar seu projeto migratório. Assim, o desejo de construir uma vida melhor, de usufruir das oportunidades que o novo lugar oferece, de poder gozar de uma paz que lhe fora privada em seu lugar de origem, constituem parte das razões por trás de um não envolvimento nos crimes. Um número significativo de migrantes tem qualificação profissional e diploma universitário, fato que poderia favorecer sua contratação, mas que também dá chance à exploração, já que não há reconhecimento institucional de suas habilidades. A demonstração de que a imigração não tem qualquer impacto sobre o crime não mobiliza a atenção daqueles que seguem buscando instrumentalizar narrativas que favoreçam seus interesses.

Instrumentalização das narrativas sobre migrantes

Para seguir na reflexão sobre a instrumentalização das narrativas dos deslocamentos, é importante contextualizar duas expressões frequentemente usadas nos argumentos que se referem aos fenômenos migratórios: “forçada” e “crise humanitária”. Essas palavras descrevem e legitimam arbitrariamente certas experiências em detrimento de outras.

Quando se fala em “migrações forçadas”, é um equívoco pensar que existe um consenso sobre essa ideia. Nos textos de defensores da livre circulação e daqueles que pregam a ereção de muros, os motivos que levam alguém a migrar deixam de contemplar realidades que, para muitos, não parecem tão óbvias. As narrativas veiculadas legitimam ou criminalizam os deslocamentos de acordo com interesses que não obedecem a princípios altruístas ou de compaixão. As principais razões comumente utilizadas para descrever a migração forçada incluem uma combinação de fatores naturais, sociais e climáticos. Entre as razões, estão conflitos armados e guerras, que obrigam indivíduos e famílias a abandonar suas casas para escapar da violência e perseguição. A perseguição baseada em raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opiniões políticas, frequentemente perpetrada por governos, grupos paramilitares ou outras entidades, também força a migração. Desastres naturais, como terremotos, furacões, enchentes, secas e erupções vulcânicas podem destruir habitações e infraestrutura, forçando pessoas a se deslocarem para áreas mais seguras. Crises econômicas severas levam à migração forçada quando as condições de vida se tornam insustentáveis devido ao desemprego em massa e à falta de recursos básicos. Mudanças climáticas exacerbam eventos climáticos extremos e contribuem para a degradação ambiental, como a desertificação e o aumento do nível do mar, tornando certas áreas inabitáveis. Violações dos direitos humanos, incluindo tortura, prisões arbitrárias, execuções extrajudiciais e outras formas de violência, também são causas de migração forçada. Grandes projetos de desenvolvimento, como a construção de barragens, estradas e instalações industriais, podem desapropriar terras e forçar comunidades inteiras a se deslocarem. Finalmente, a instabilidade política, incluindo golpes de estado, regimes repressivos e colapsos governamentais, cria ambientes inseguros e imprevisíveis, levando à migração forçada. Essas razões são frequentemente interconectadas, criando situações complexas em que os migrantes são forçados a deixar suas casas em busca de segurança e melhores condições de vida.

É importante lembrar que, muitas vezes, indivíduos se veem forçados a migrar não apenas por razões pessoais, mas também por laços familiares e aspirações de uma vida melhor. Um exemplo disso é uma mãe que, apesar do medo e das incertezas, decide acompanhar seu filho em busca de um futuro mais seguro e próspero, deixando para trás sua terra natal marcada pela violência e pela falta de oportunidades. Além disso, há aqueles que são compelidos a partir por decisões governamentais, como políticas de reassentamento forçado ou expulsão, que os obrigam a abandonar suas casas e comunidades contra sua vontade. No entanto, somente o que faz parte das convenções e acordos internacionais e reconhecido como legítimo, recebe potencialmente alguma forma de proteção e determina experiências distintas no projeto migratório de alguém. Dependendo de quem se é e do local em que este projeto migratório é pretendido, mesmo diante da formalização legal da permanência neste território, não existem garantias de que os direitos serão respeitados, pois o indivíduo é constantemente desafiado pela falta de reconhecimento e pela perpetuação de estigmas negativos.

Já segundo a Agência da ONU para Refugiados (ANCUR/UNHR, 2023):

uma crise humanitária é uma situação em que há uma ameaça significativa à saúde, segurança ou bem-estar de uma grande população, geralmente resultante de conflitos armados, desastres naturais, epidemias, ou deslocamento forçado. Essas crises requerem uma resposta urgente para salvar vidas, aliviar o sofrimento e proteger a dignidade humana” (ANCUR/UNHR, 2023).

Os principais aspectos incluem deslocamento forçado, por meio dos quais populações fogem de suas casas devido a conflitos, violência ou perseguição, resultando em refugiados e deslocados internos que enfrentam condições precárias; escassez de recursos, com falta crítica de alimentos, água potável, abrigo e cuidados médicos, tornando a sobrevivência diária um desafio; quebra de infraestruturas, onde serviços essenciais como hospitais e escolas são destruídos, dificultando a entrega de ajuda humanitária e aumentando os riscos à saúde pública; violação dos direitos humanos, com ocorrência de violência sexual, recrutamento de crianças-soldados, tortura e outras formas de abuso, necessitando proteção urgente; e resposta internacional, que requer coordenação entre ONGs, agências da ONU, governos e doadores privados, mobilizando recursos financeiros.

Os termos "crise" e "humanitária" mobilizados na definição destes contextos carregam sentidos próprios que valem uma reflexão. Entendemos que a crise humanitária não se limita às realidades em que o consenso é construído de forma a reforçar determinados argumentos que atribuem à insuficiência de recursos a impossibilidade de intervenção. Trata-se de: "uma crise que é também moral, que impede que se de acolhimento ao outro independentemente de sua origem, cor, credo ou identificação sexual" (MALLARD, 2020, p.18-19). Entendemos, ainda, que não podemos ser ingênuos e acreditar que estas crises se resumem à falta de ação dos poderes públicos por insuficiência de recursos. Para tanto, basta observarmos a forma diferente como os migrantes são tratados, dependendo de sua proveniência, raça e gênero e de como podem contribuir com as economias locais. Podemos perceber que os esforços para acolher uns não são os mesmos dispensados para recusar outros.

A "crise humanitária" observada nesse contexto, também revela a falta de empatia e humanidade para com as comunidades afetadas pelas migrações forçadas, evidenciando uma solidariedade seletiva. Essa humanidade condicional desumaniza certos corpos e credos, ao mesmo tempo em que estende apoio incondicional para aqueles considerados semelhantes. Um exemplo recente é a recepção de migrantes ucranianos no Brasil após o início do conflito na Ucrânia (MAIS DE 400 REFUGIADOS..., 2023). No Brasil, políticas de apoio aos refugiados ucranianos incluíram a criação de vias facilitadas para a concessão de vistos humanitários e medidas de acolhimento, evidenciando um esforço conjunto entre o governo e organizações da sociedade civil. Além disso, houve iniciativas de integração que ofereciam suporte psicológico, acesso ao mercado de trabalho e assistência em português para facilitar a adaptação. Esse apoio expressa uma empatia particular para com as vítimas de certos conflitos, em contraste com a abordagem muitas vezes negligente para com migrantes de regiões onde a violência e a crise humanitária são recorrentes. Essa distinção no tratamento revela como a narrativa da solidariedade é moldada de acordo com a origem e o perfil do migrante, reforçando, por meio das políticas, uma hierarquização implícita da humanidade.

A falta de empatia em relação aos migrantes vindos de países africanos é uma realidade cruel que muitas vezes se manifesta em tragédias evitáveis, revelando a desumanização dessas vidas. Um caso emblemático foi o do jovem congolês que morreu no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, após dias sem receber atendimento médico adequado ou qualquer tipo de apoio assistencial (IMIGRANTE QUE MORREU..., 2024). Ao desembarcar no Brasil, ele buscava refúgio e uma chance de reconstruir sua vida, mas, fragilizado, acabou ignorado pelas autoridades e pelo sistema que deveria acolhê-lo.

Sua situação de vulnerabilidade foi desconsiderada, e o suporte necessário, tanto médico quanto humanitário, não foi providenciado. Esse episódio, além de trágico, ilustra o desprezo e a negligência reservados a migrantes de determinadas origens, evidenciando o tratamento desigual com base na nacionalidade e na cor da pele. Em contraste com a acolhida demonstrada aos migrantes de outros países, especialmente europeus, a morte do jovem congolês levanta questões sobre o racismo estrutural e a falta de políticas de assistência eficazes para migrantes não brancos. A narrativa em torno de suas vidas, quando comparada à de migrantes de regiões mais favorecidas, revela uma hierarquização da empatia, que legitima e naturaliza o sofrimento de uns enquanto exalta a solidariedade com outros. Essa abordagem seletiva reforça estereótipos e contribui para um sistema de exclusão que desumaniza pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, impedindo o acesso aos direitos básicos de dignidade e proteção.

Na instrumentalização da narrativa das migrações no Sul Global, observamos frequentemente discursos que apresentam esses fluxos humanos com números alarmistas e termos que evocam perigo. Esse tipo de cobertura transforma as vítimas em responsáveis pelos contextos adversos que enfrentam, como se a situação fosse de sua própria criação. Ao longo dos anos, é comum encontrar manchetes sensacionalistas nas mídias regionais, bastando uma rápida pesquisa online. Em 2018, por exemplo, lemos sobre a "caravana de migrantes desautorizados atravessando a fronteira sul da América Latina";¹ em 2022, "nova onda de refugiados ameaça a estabilidade da região";² e em 2023, "recorde de deslocamentos internos pressiona países do Cone Sul". Essas matérias, com narrativas que demonizam os migrantes, acabam fortalecendo discursos de rejeição e preconceito, criando uma imagem de inimigo que ameaça o bem-estar local. Essas construções narrativas não são aleatórias, servem a propósitos estratégicos que consolidam a hegemonia de grupos dominantes e mantêm uma ordem social excludente. O estrangeiro, enquanto "outro", nesse lugar que lhe foi atribuído e que o percebe enquanto ameaça, também fortalece a ideia de identidade nacional.

Nessa lógica, faz-se oportuno citar as contribuições de James Baldwin em sua análise sobre a construção das identidades raciais. O conceito apresentado por Baldwin em *"I'm Not Your Negro"*, de 1979, destaca a construção social e histórica das identidades raciais nos Estados Unidos, na qual a opressão de um grupo fortalece a posição hegemônica de outro. Baldwin (1979) argumenta que a identidade negra foi moldada e definida em relação à supremacia branca, na qual o negro é constantemente posicionado como o "outro" para sustentar a superioridade racial dos brancos. Essa dicotomia sugere que a existência de uma identidade negra oprimida é necessária para que a identidade branca

mantenha seu lugar privilegiado. Em outras palavras, a opressão racial não apenas subordina os negros, mas, simultaneamente, consolida e reforça a hegemonia branca. O autor expõe como essas identidades raciais são interdependentes, cada uma existindo e ganhando significado, em função de a outra ocupar o lugar que lhe foi atribuído pela estrutura social e histórica do racismo. Desse modo, não há como deixar de fora desta reflexão o racismo enquanto pano de fundo e régua, que mede o valor de uma pessoa como base na sua cor e a quantidade de humanidade que este merece. O racismo é assim um elemento determinante nas narrativas e na forma como são instrumentalizadas as narrativas que descrevem os deslocamentos forçados de países considerados como do terceiro mundo.

Quando apontamos para uma instrumentalização das narrativas, reconhecemos que existem grupos específicos que são alvo de maneira deliberada, servindo ao propósito de manutenção de uma hierarquia inventada. Acreditamos, ainda, que essas são tentativas históricas de restabelecer uma ordem premeditada diante dos avanços e conquistas no âmbito dos direitos humanos e sociais. Como uma espécie de elástico da humanidade, quando mais um grupo puxa para um lado, maior é a tração no sentido contrário. É isso que assistimos hoje nos discursos populistas e conservadores. Sob o pretexto da liberdade de expressão, não nos surpreendemos com mensagens que fragilizam laços tão necessários para permanecermos humanos e para a inclusão das diferenças nessa ordem que exclui. Essa ordem, em que a humanidade é arbitrariamente estendida, soma-se à criminalização de intervenções dirigidas a grupos e indivíduos que não gozam de um estatuto que os reconhece enquanto semelhantes.

Para exemplificar este fenômeno, retomamos as medidas adotadas na França para penalizar e punir os que oferecem ajuda aos migrantes não europeus/não brancos. Essas práticas de criminalização abrangem indivíduos e organizações que atuam na esfera humanitária. Desde os anos 2000, a existência do delito de solidariedade na França tem sido objeto de intenso debate. Foi a partir de 2018 que testemunhamos a implementação de uma legislação que penaliza aqueles que prestam solidariedade a estrangeiros em situação irregular. De acordo com o artigo L622-1 do Código de Entrada e Permanência de Estrangeiros e do Direito de Asilo, conhecido como “delito de solidariedade”, qualquer pessoa que facilite ou tente facilitar a entrada, circulação ou permanência irregular de um estrangeiro em território francês pode enfrentar até cinco anos de prisão e uma multa de 30.000 euros (2022).³ Esse fenômeno, frequentemente descrito como a criminalização da solidariedade, abrange tanto a ajuda humanitária quanto o policiamento das ações humanitárias. A noção de solidariedade ganhou uma

nova importância, pois sua prática é cada vez mais contestada, marcando uma “solidariedade contestatória” que influencia as relações entre o Estado e a sociedade civil (DELLA PORTA e STEINHILPER, 2021). A ajuda humanitária, por outro lado, baseia-se em princípios de independência, neutralidade e imparcialidade, cujas ações e declarações não deveriam ser politicamente interpretadas (AGIER E LE COURANT, 2022). Assim, o termo “ajuda a pessoas em situação irregular” é usado para englobar a orientação política e humanitária dos atos criminalizados (DU JARDIN, 2022). A criminalização da solidariedade soma-se, dessa forma, ao cenário que favorece e fortalece a *weaponização* das narrativas sobre os migrantes.

Nesse sentido, a *weaponização* das narrativas sobre migrantes representa uma ameaça crescente para as democracias liberais, que precisam encontrar um equilíbrio entre proteger suas fronteiras e manter seus valores humanitários. A falta de uma abordagem coerente e informada pode levar a políticas mais restritivas e a um enfraquecimento dos direitos humanos e das liberdades. Para mitigar essa instrumentalização, é crucial que os formuladores de políticas promovam publicamente as narrativas que reconheçam o valor da diversidade e a contribuição da migração na construção de um país. Existem políticas migratórias que promovem deslocamentos, porém estas não são promovidas ou apresentadas ao grande público em um discurso que reforça as contribuições positivas desse movimento. Além disso, acontecem respondendo simplesmente a uma necessidade do país que acolhe, isto é, “só entra aquele que eu preciso”, submissa a critérios rigorosos. O preenchimento de categorias profissionais específicas é um deles, mas o que chama atenção na atualidade diz respeito ao envelhecimento de determinadas populações e a necessidade de mão de obra jovem.

Analogamente, a lógica hegemônica das narrativas sobre migração forçada endereçada às massas suscita medo e propaga a ideia de que pessoas vêm de além-fronteira para roubar o trabalho e disputar os “escassos” recursos do Estado. Uma parte importante da população autóctone, sentindo-se ameaçada, tende a apoiar medidas que possam restringir a entrada em seus territórios desses grupos. Esse distanciamento se reflete até mesmo na linguagem, onde grupos ou números são usados como sujeitos das frases, despersonalizando os indivíduos migrantes. Numa lógica reversa, o migrante é visto como alguém que pretende usufruir dos recursos do país de destino. No entanto, muitos migram não apenas por escolha, mas por necessidade, resultante de condições de vida insustentáveis em seus países de origem, frequentemente ex-colônias exploradas ao ponto do colapso econômico.

Com frequência, o país colonizador é escolhido como destino para tentar uma vida melhor. Fatores como a língua e a percepção de uma dívida simbólica podem influenciar essa escolha. Tanto os migrantes quanto os residentes dos países de acolhimento assumem a premissa de que um grupo está em posição de força em relação ao outro. Pouco se reconhece que os países de acolhimento também necessitam da presença dos migrantes. Estes não são apenas a força de trabalho para tarefas indesejadas pelos autóctones, mas também são essenciais para a continuidade e crescimento econômico de nações envelhecidas.

Enquanto houver aquele que é apontado como estrangeiro, haverá o outro que não o é. Baldwin (1979) sugere que a manutenção da identidade de um grupo depende da criação e perpetuação do "outro". Na experiência de deslocamento, espera-se que o migrante assimile a nova cultura, mas ele nunca será totalmente aceito como parte dela, especialmente se portar uma cor de pele que destaque essa distinção. O migrante, ao deixar sua terra natal, transforma sua percepção do familiar, que pode não mais cumprir seu papel emocional e cultural anterior.

Conhecer a própria história e origens é crucial, mas também é necessário reconhecer e adaptar traços culturais para uma convivência harmoniosa em uma sociedade diversa. Culturas em contato transformam-se mutuamente, assim como a língua evolui. A convivência de várias culturas, promovida pelos deslocamentos, resulta em uma sociedade enriquecida e dinâmica, no interior da qual as fronteiras culturais se tornam menos rígidas.

Narrativas midiáticas e políticas sobre migração na América do Sul

A mídia na América Latina desempenha um papel crucial na formação da percepção pública sobre os migrantes, muitas vezes destacando a pressão que esses grupos supostamente exercem sobre serviços públicos e o mercado de trabalho. Por exemplo, no Brasil, alguns veículos de comunicação tendem a retratar os migrantes venezuelanos como sobrecarregando os sistemas de saúde e assistência social nas cidades fronteiriças (BARBOSA *et al.*, 2024). Esse enfoque reforça uma visão de que os migrantes são um "fardo" para o país, dificultando a adoção de políticas mais inclusivas. Além disso, a cobertura da mídia frequentemente varia dependendo da origem dos migrantes. No Chile,

por exemplo, haitianos são frequentemente alvo de estigmatização, com reportagens que vinculam a imigração a problemas de segurança. Esse tipo de cobertura aumenta o preconceito e fortalece políticas restritivas, ao invés de promover uma compreensão mais humana e empática da situação dos migrantes.

Nos países da América Latina, a instrumentalização das narrativas sobre migrantes se manifesta não apenas nas políticas de contenção de fronteiras, mas também na retórica que explora a migração para angariar apoio popular em momentos de crise. Durante campanhas eleitorais, é comum observar candidatos usando a "ameaça migratória" como argumento para fortalecer discursos nacionalistas e prometer "proteção" à população local. Essa instrumentalização também se estende a questões econômicas. No contexto das crises econômicas, como no caso da Argentina, o discurso anti-imigração muitas vezes foca nos migrantes como "competidores" por empregos e recursos públicos. Dessa forma, o estado usa a migração como uma justificativa para seus fracassos econômicos e sociais, desviando a culpa de políticas ineficazes e reforçando uma narrativa de exclusão.

A estigmatização de migrantes no Sul Global é fortemente influenciada por fatores de raça e classe. Na América do Sul, migrantes de origem afrodescendente ou indígena, como haitianos no Chile e bolivianos na Argentina, enfrentam preconceitos que reforçam a visão de que eles são "culturalmente incompatíveis" com as sociedades locais. Esse fenômeno se assemelha à análise de James Baldwin (1979) sobre a construção das identidades raciais, onde o "outro" é demonizado para manter uma hierarquia social e justificar a exclusão.

O racismo, portanto, é um fator determinante nas narrativas sobre migração na América Latina, pois molda a maneira como diferentes grupos são recebidos e tratados. Essa construção racista contribui para o isolamento desses grupos e dificulta a implementação de políticas inclusivas, perpetuando a marginalização e a vulnerabilidade dos migrantes. A resposta dos países da América Latina às crises migratórias é muitas vezes limitada por recursos econômicos e pela falta de uma política coordenada de apoio. No entanto, apesar dos desafios, países como a Colômbia têm implementado programas de acolhimento para migrantes venezuelanos, mostrando solidariedade apesar das limitações (COLOMBIA VAI REGULARIZAR..., 2024). Esse esforço contrasta com a resposta de outras nações, que preferem fechar fronteiras e reforçar discursos de ameaça.

É fundamental destacar que, embora a retórica negativa seja comum, há também iniciativas de solidariedade que visam proteger os direitos dos migrantes e facilitar sua

integração. ONGs e grupos comunitários desempenham um papel importante nesse sentido, desafiando as narrativas negativas e promovendo uma visão de inclusão.⁴

Notas finais

Enquanto esse texto estava sendo elaborado, Trump foi reeleito para a presidência dos EUA e com isso, políticas ainda mais ameaçadoras foram implementadas nos primeiros 100 dias de governo, exacerbando ainda mais a *weaponização* das narrativas sobre migrantes.

Nos primeiros meses de seu novo mandato, Trump intensificou sua agenda anti-imigração com medidas extremamente restritivas, reforçando a militarização da fronteira e expandindo drasticamente o escopo das deportações. A revogação de proteções para refugiados e solicitantes de asilo, aliada à ampliação das políticas de "tolerância zero", resultou em separações forçadas de famílias e na detenção prolongada de migrantes, inclusive crianças, em condições desumanas. Além disso, sua administração adotou uma abordagem de deportações arbitrárias que, longe de se restringirem a pessoas com registros criminais, passaram a penalizar populações vulneráveis, como trabalhadores indocumentados de longa data, jovens beneficiários do DACA (Ação Diferida para Chegadas na Infância) e refugiados que haviam sido aceitos sob administrações anteriores. Esse endurecimento da política migratória dos EUA teve efeitos globais, estimulando governos de outras nações a adotarem práticas igualmente restritivas e xenofóbicas, e consolidando uma narrativa que associa a migração à criminalidade e ao colapso econômico. Como consequência, o clima de hostilidade e insegurança para migrantes e refugiados se intensificou, restringindo seus direitos e aprofundando desigualdades já existentes.

Longe de serem os países que mais acolhem pessoas oriundas da migração forçada, as nações do Sul Global e da América Latina têm enfrentado desafios específicos relacionados à *weaponização* das narrativas sobre migrantes. Esta reflexão procurou evidenciar como a instrumentalização das migrações forçadas nos países do Sul Global reforça estratégias políticas que manipulam o medo e a insegurança, desviando o foco dos problemas estruturais que impulsionam esses deslocamentos, como crises econômicas e violência. No contexto latino-americano, migrantes de países vizinhos frequentemente são vistos não como sujeitos de direitos, mas como "ameaças" à estabilidade e à identidade nacional. Esse discurso contribui para o fortalecimento de narrativas

excludentes e xenofóbicas que impedem a adoção de políticas mais inclusivas. Em vez de reconhecer a diversidade cultural e social como um recurso valioso, essas narrativas reduzem o outro a um objeto a ser assimilado ou rejeitado.

No entanto, a valorização das contribuições dos migrantes e a desconstrução das narrativas de medo e exclusão são passos essenciais para o desenvolvimento de sociedades mais justas e inclusivas na América Latina. Ao integrar e apoiar os migrantes, é possível não apenas neutralizar o impacto da *weaponização* das narrativas sobre migrantes, mas também fortalecer o tecido social com a diversidade e inovação que eles trazem. Para avançar nessa direção, é necessário que os governos e a sociedade civil na América Latina promovam uma visão de migração que respeite a dignidade e o valor de todos os indivíduos, independentemente de sua origem. Esse esforço implica em repensar as narrativas hegemônicas sobre migração e construir políticas que, em vez de reforçar estigmas, promovam um ambiente de acolhimento e inclusão, alinhado aos princípios de justiça social e solidariedade.

Notas

1 Disponível em: <https://theconversation.com/a-new-wave-of-venezuelan-refugees-would-threaten-a-humanitarian-crisis-latin-america-could-learn-from-europe-238345>..

2 Disponível: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/05/14/numero-de-deslocados-internos-bate-recorde-em-2023-quando-a-quase-76-milhoes-de-pessoas.ghtml>..

3 Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/eclairage/18715-du-delit-de-solidarite-au-principe-de-fraternite-lois-et-controverses>.

4 Disponível: <https://carreiras.totidiversidade.com.br/instituicoes-e-ongs-para-refugiados-e-migrantes/>

Referências

ABRAMITZKY, R.; PLATT BOUSTAN, L.; JÁCOME, E.; PÉREZ, S.; TORRES, J.D. Law-Abiding Immigrants: The Incarceration Gap Between Immigrants and the US-born, 1870-2020. Working Paper 31440. DOI 10.3386/w31440. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w31440>. 2024.

AGIER, M.; LE COURANT, S. (dir.). **Babels: enquêtes sur la condition migrante**. Paris: Seuil, 2022.

BALDWIN, J. **I Am Not Your Negro**. Vintage Books, 2017.

BARBOSA, L. de A.; SALES, A.F.G.; CAVALCANTE NETO, A. S.; OLIVEIRA, M. A. de C. Migrantes venezuelanos e direito à saúde: percepções de técnicos de enfermagem de um hospital geral. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, e34036, 2024 www.scielo.br/j/physis/a/wwSC9nmy7NJ-QvyGgR65Bf8r/?format=pdf&lang=pt

COLOMBIA VAI REGULARIZAR... <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/06/colombia->

-vai-regularizar-ate-540-mil-imigrantes-venezuelanos-no-pais.shtml

DELLA PORTA, D.; STEINHILPER, E. (eds.). **Contentious Migrant Solidarity: Shrinking Spaces and Civil Society Contestation**. London: Routledge, 2021.

DU JARDIN, M. Solidarité en Europe: état de l'art sur la criminalisation de l'aide aux personnes en situation irrégulière. **Déviance et Société**, 46, 519-546. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/ds.464.0109>. 2022.

IMIGRANTE QUE MORREU..., 2024 <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/09/04/imigrante-que-morreu-apos-passar-mal-no-aeroporto-de-sp-ten-tou-pedir-ajuda-e-foi-enterrado-no-brasil-sem-autorizacao-diz-familia.ghtml>

MAIS DE 400 REFUGIADOS... <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/02/24/mais-de-400-refugiados-ucranianos-receberam-visto-humanitario-do-brasil-desde-o-inicio-da-guerra.ghtml>

MALLARD, S. **A experiência de terapeutas na escuta de pessoas forçadas a migrar. Contribuições para a Psicossociologia de Comunidades**. UFRJ, Rio de Janeiro. P.18-19, 2020. Disponível em: <https://oestrangero.org/a-experiencia-de-terapeutas-na-escuta-de-pessoas-forçadas-a-migrar/>

WEINER, M. Security, Stability, and International Migration. **International Security**, 17(3): 91-126, 1992.

TEITELBAUM, M., WEINER, M. **Threatened Peoples, Threatened Borders: World Migration and U.S. Policy**, W.W. Norton, 1995

VERKUYTEN, M. Public Attitudes Towards Migrants: Understanding Cross-national and Individual Differences. **World Psychiatry**, 20(1):132-133. DOI: 10.1002/wps.20819. PMID: 33432771; PMCID: PMC7801858, 2021.

UNHR, ACNUR United Nations High Commissioner for Refugees. (2023). **Global trends: Forced displacement in 2022**. <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>